

os pontos de vista debatidos. Para nós, a única forma de combater os regimes totalitários é a vivência democrática. Para lutar contra o totalitarismo de esquerda, não adianta o totalitarismo da direita. Os grandes aliados do avanço comunista, no Mundo, foram os regimes de índole fascista e totalitário.

É pelo exercício da democracia que podemos evitar, no Brasil e no Mundo, o avanço de qualquer ditadura, de ideologia totalitária, de esquerda ou de direita. O exemplo está aí: onde parou o avanço totalitário e comunista na Europa, frente à Alemanha democrática, comandada por uma equipe de homens de longa experiência e de vida pública? Adenauer, dirigindo um Partido Democrata Cristão, apelando ao povo e o povo derrotando em todas as eleições, aqueles que levantavam as bandeiras totalitárias. Na Itália, a figura notável de De Gasperi e de seus seguidores, fazendo um apelo ao povo, para que, em nome dos princípios democráticos, fizesse a reconstrução daquela nação destruída. E a reconstrução se fez. Não em nome de um regime de exceção, de violência ou de negação da liberdade, mas com o apelo ao povo, que colocou sua consciência contra aqueles que pretendiam introduzir regimes totalitários, substituindo o Fascismo, que caía, pelo Comunismo, que ameaçava.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará — ARENA) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo — MDB) — É o regime democrático a grande trincheira para se obter a vitória contra qualquer tipo de totalitarismo.

Ouçõ com prazer o aparte de V. Ex^a

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará — ARENA) — Quero, se V. Ex^a aceita, aliar-me a sua tese...

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo — MDB) — Agradeço. Para mim é uma satisfação.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará — ARENA) — ... e dizer que o grande equívoco dos que se revelam anticomunistas, naquilo que se mostraria apenas a indústria do anticomunismo, é supor que esse anticomunismo é o remédio suficientemente capaz de dar estabilidade de vida democrática aos países que eles querem livrar do comunismo. A figura de Adenauer, por exemplo — porque também tenho por ela uma admiração profunda — levar-me-ia, entretanto, a tentar por um ligeiro reparo à conclusão de V. Ex^a É que tanto na Alemanha de Adenauer, como na Itália de De Gasperi, o principal elemento que impediu a comunização em ambos os países foi precisamente a repartição de forças de ocupação. Tanto é assim que a outra Alemanha não pôde fugir de uma ocupação soviética e consequentemente de um regime comunista. Eu confio, como V. Ex^a, em que, sobretudo, países que já experimentaram a democracia, que já viveram em regime democrático, dificilmente trocarão esse regime por qualquer das duas ditaduras a que V. Ex^a se referiu, pois ambas nos aborrecem e a ambas até odiamos. Mas há fatores estranhos, às vezes, à vontade do próprio povo. Vi, para surpresa minha, quando visitei a Alemanha, que esse resquício se encontra nas instituições da Alemanha Federal. Sabe V. Ex^a, como ex-Ministro do Trabalho e um dos maiores conhecedores de democracia cristã no Brasil, que os sindicatos alemães proibem a presença de sindicalizados desde que comunistas, em seus sindicatos. Foi a surpresa que tive ao verificar esse tipo de proibição. Ela me parecia um pouco tendente a certas normas fascistas do passado. Mas é, talvez, por causa da necessidade de se defenderem de uma agressão externa. Não era, eu próprio, o desejo do povo alemão. Era o reparo que queria fazer a V. Ex^a e, se me permite, considerando o reparo mínimo e a aceitação da sua tese como máxima.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo — MDB) — Agradeço o aparte de V. Ex^a e o apoio à tese que estamos sustentando. E até no pequeno reparo, V. Ex^a me dá um grande amparo, porque foi precisamente a vivência democrática que permitiu, na própria legislação e na vida sindical alemã, se encontrassem remédio e defesa,

propostos pelos próprios trabalhadores para que eles não se transformassem em instrumentos daqueles que querem servir-se do sindicato, não para o benefício do trabalhador, mas para jogadas de interesse político. É a democracia que o permite.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará — ARENA) — Se V. Ex^a me permite concluir, também não aceitavam o fascismo.

O SR. FRANCO MONTORO (São Paulo — MDB) — Nem nazismo, nem fascismo, evidentemente. É preciso que não tenhamos medo da democracia. É claro que não queremos uma democracia inerte, que não se apresente com defesas contra aqueles que a queiram destruir, mas, para isso, não é necessário interromper o estado de direito, para isso, não é necessário interromper a vida democrática; pelo contrário, é precisamente na vivência democrática que nós encontramos o grande instrumento para a luta em favor do desenvolvimento brasileiro, em termos de autêntica democracia, tal como deseja o nosso povo.

É esta a contribuição, pequena, humilde, mas clara, que o MDB quer prestar ao Brasil e, procura prestar com os sacrifícios, as lutas, as incompreensões e os riscos de todos aqueles que se aventuram a participar da vida pública.

Não temos dúvida de que a luta é difícil, mas é preciso, cada vez que o problema seja levantado, se coloque com toda a clareza a linha que nos parece ser aquela desejada por todo o povo brasileiro: é pela democracia que teremos um regime de justiça e de liberdade. **(Muito bem! Palmas.)**

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia — ARENA) **(Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Poderia dizer, começando estas breves palavras, que o assunto que me traz à tribuna é, realmente, o maior e melhor remédio para que o Brasil jamais conheça uma ditadura, seja de esquerda, seja de direita.

Esse remédio, Sr. Presidente, Srs. Senadores, chama-se educação. Essa foi — e peço licença para completar o pensamento tão brilhantemente enunciado pelo eminente Líder do MDB, Senador Franco Montoro — a grande barreira oposta ao comunismo. Foi, sobretudo, o alto grau de educação dos cidadãos daqueles países que os levou, após a II Guerra Mundial, a repudiar a bandeira vermelha trazida do Leste europeu.

Hoje, Sr. Presidente, pedi a palavra, porque desejava inicialmente congratular-me com o Governo pelo Orçamento que acaba de ser enviado ao Congresso Nacional. Sabem todos que o compromisso maior que tenho com o País é, de algum modo, contribuir para a educação do nosso povo.

Devo mesmo dizer: todos nós que passamos pelo Governo trazemos erros e também arrependimentos. E se um arrependimento eu tenho é o de não ter feito, ou podido fazer mais alguma coisa pela educação dos meus irmãos da Bahia.

Entretanto, posso dizer a V. Ex^a e aos meus colegas, que foi uma preocupação constante a que tive de poder melhorar o nível de educação dos baianos, pela convicção que tenho de que nada — não há industrialização, não há técnica, não há regime — nada que possa, realmente, contribuir para o desenvolvimento do País quanto a educação. E foi por isso que vi, plenamente satisfeito, que o Governo da República, no Orçamento que acaba de enviar ao Congresso, majorou as dotações do Ministério da Educação em 88%, em relação às do ano corrente. E que, em relação à tecnologia e à ciência — cujo montante, em termos absolutos, talvez ainda seja baixo — a dotação sofreu um aumento de 137%, o que demonstra o empenho e a boa vontade do Governo para desenvolver tão importante setor da vida pública.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais — MDB) — V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. LUIZ VIANA (Bahia — ARENA) — Com muito prazer.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais — MDB) — Não quero entrar no mérito e na análise do Orçamento porque, evidentemente, esse Orçamento ainda está sob a jurisdição do Congresso Nacional. Apenas quando V. Ex^a fala sobre verbas para o setor de ciência e tecnologia eu me permiti apartear para dizer a V. Ex^a da minha esperança de que um dia o Governo Federal venha a criar o Ministério da Ciência e Tecnologia. Desculpe V. Ex^a por este aparte, mas aproveitei quando V. Ex^a se referia ao não crescimento, como se esperava, no setor de ciência e tecnologia para externar o meu desejo de que um dia nós possamos ter, neste País, um Ministério de Ciência e Tecnologia.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia — ARENA) — Posso assegurar a V. Ex^a que nessa luta V. Ex^a terá todo o meu apoio.

O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais — MDB) — Obrigado a V. Ex^a.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia — ARENA) — Sr. Presidente, já que se trata desse problema educacional, eu não quero deixar de abordar um ponto aqui tratado, ontem, pelos nossos eminentes colegas, Senadores Jarbas Passarinho e João Calmon, que são, também, dois eminentes educadores brasileiros. É o problema referente ao MOBREAL.

Hoje, estou no dia das congratulações, de forma que foi com satisfação que li, num jornal de Brasília, que o Ministro da Educação teria ponto de vista semelhante aos aqui manifestados, e que também são os meus, isto é, que o MOBREAL deve ficar no limite da educação de adultos, porque se sairmos dessa norma, acho que estaremos contribuindo para termos analfabetos jovens e analfabetos adultos, para o MOBREAL educar permanentemente.

Ora, o nosso ideal é que o MOBREAL acabe, o mais cedo possível; que ele acabe, porque terminou sua missão, quando não haja mais adultos analfabetos no Brasil.

Essa a nossa spiração, a aspiração da educação nacional. Ora, se ouvimos dizer hoje, que o MOBREAL está fazendo convênios em Estados do Nordeste, para educar crianças de nove, dez e onze anos, evidentemente, é um contra-senso, Sr. Presidente. Seria muito mais normal, se há deficiência — e ela existe, grande, na educação primária — que esses recursos que o MOBREAL vai empregar sejam encaminhados, diretamente, para a educação primária, para a educação do primeiro grau. Esse, parece-me que é o caminho mais certo, mais adequado, para que cheguemos àquilo que é, justamente, a finalidade do MOBREAL: desaparecer a sua motivação, isto é, não termos mais analfabetos adultos, em lapso de tempo, que sei não será breve, embora eu respeite muito as estatísticas e as previsões, mas, não sou otimista. Então, não acredito, infelizmente para mim, que em futuro próximo, como está anunciado, tenhamos alfabetizado todos os brasileiros adultos.

O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina — MDB) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (Bahia — ARENA) — Com muito prazer.

O Sr. Evelásio Vieira (Santa Catarina — MDB) — Senador Luiz Viana, entregar também ao MOBREAL esta responsabilidade, para complementar a missão, de instruir o elemento infanto-juvenil brasileiro, seria um reconhecimento tácito do Governo para sua incapacidade em dar o ensino de primeiro grau aos brasileiros. Felizmente, com as notícias que surgiram hoje e, provavelmente, como consequência da ressonância das palavras levantadas nesta Casa, através dos Senadores Jarbas Passarinho, João Calmon e outros, é provável que tenha o Ministro da Educação se conscientizado, devidamente, e já tenha determinado ao Presidente do MOBREAL que contenha suas intenções de avançar sobre outra área, o que seria nocivo à educação brasileira.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia — ARENA) — Tem inteira procedência a observação de V. Ex^a. Aliás, aproveito o aparte para

ler um trecho dessa bíblia da educação, que é o livro do Dr. João Calmon: "A Educação e o Milagre Brasileiro". Aqui, está reconhecido pelo atual Ministro da Fazenda, o Professor Mário Henrique Simonsen, que é um dos beneméritos do MOBREAL, que nada deve nos levar a admitir que o MOBREAL queira superar as determinações constitucionais em relação ao ensino primário. O ensino primário não é do MOBREAL, não pode ser do MOBREAL, não deve ser do MOBREAL. Esse, ao meu ver, é o entendimento, não apenas legal, mas educacional. Acho este, talvez, mais importante ainda, do que o entendimento legal. Seria um erro clamoroso para a educação nacional, se enveredássemos por esse caminho. Então, dentro de algum tempo, se não pusermos as mãos nisto, vamos ter dois Ministérios da Educação: o Ministério que hoje existe tão brilhantemente dirigido pelo Ministro Ney Braga, como o foi pelo Ministro Jarbas Passarinho, e outro, do MOBREAL, dirigido por algum outro Ministro ou até Superministro da Educação. É contra isto, Sr. Presidente, que desejo, de fogo, me insurgir. Sou de opinião que, para se evitar os incêndios, apagam-se as pontas de cigarros. Se deixarmos as pontas de cigarros, teremos incêndios e será muito mais difícil, depois, apagá-los.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará—ARENA) — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador Luiz Viana?

O SR. LUIZ VIANA (Bahia—ARENA) — Ouço o aparte de V. Ex^a

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará—ARENA) — V. Ex^a disse, com um leve traço de humor anatoliano, tanto que foi preciso ter muito cuidado para ver se, realmente, a expressão era de humor ou não, que hoje é o dia das congratulações. Eu queria contribuir para que essa definição se consolidasse, protestando contra o início do seu discurso. V. Ex^a disse que lastimava não ter feito muito ou gostaria de ter feito mais pela educação dos baianos.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia—ARENA) — Realmente, gostaria.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará—ARENA) — Quero trazer um testemunho, e V. Ex^a sabe que ele é dado com muita isenção: somos homens que não mantemos, sequer, visitas domésticas. As nossas relações são fraternas pelas funções que exercemos e pelas coincidências que essas funções trouxeram.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia—ARENA) — Pelas afinidades que temos.

O Sr. Jarbas Passarinho (Pará—ARENA) — Sim, pelas afinidades que temos. Por isto, eu diria que a presença de V. Ex^a está marcada no Governo do saudoso Presidente Castello Branco. Quando fui Ministro do Trabalho, e, posteriormente, Ministro da Educação, no Governo do Presidente Médici, nunca deixei de reconhecer o esforço que se começara a fazer, precisamente a partir de 1964; o penoso, o doloroso esforço, o mais impopular, o mais difícil de ser feito, que só mesmo um estadista com uma vocação extraordinária de futuro, sacrificaria o seu presente à imagem dos seus compatriotas. Interessante que, quando analisei o Orçamento do Ministério da Educação, pela primeira vez, verifiquei que, de 1964 para 1965, praticamente dobravam os meios. Assim, no primeiro orçamento que esteve ao alcance do Presidente Castello Branco fazer, os meios de educação foram dobrados. A ele ficamos devendo o salário-educação, que corresponde a 1,4% da folha de salário dos trabalhadores, nas empresas que têm mais de cem empregados. Só no último ano da minha passagem pelo Ministério da Educação, o montante do salário-educação recebido foi superior a quinhentos e cinquenta milhões de cruzeiros, o que levou a poder reinjetar esses meios nos municípios e nos Estados. E relativamente à atuação de V. Ex^a, como Governador dos baianos — só o encontrei nessa condição enquanto fui Ministro do Trabalho, e não Ministro da Educação — encontrei a passagem de V. Ex^a, precisamente, no fato de que quatro Estados tinham sido, inicialmente, escolhidos para serem

os implantadores da reforma introduzida pela Lei nº 5.692, e um desses Estados era a Bahia, que V. Exª vinha de governar.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia—ARENA) — Agradeço o aparte de V. Exª, mas insisto em dizer que estimaria ter feito bastante mais pela educação.

Sr. Presidente, insisto nesse ponto de que tudo quanto fizermos pela educação será pouco. Quanto mais nos avizinhamos de uma nova era; quanto mais avança a tecnologia; quanto mais avança a ciência, mais é necessário que haja um equilíbrio entre esses avanços da técnica e da ciência com a educação, sob pena de o homem se tornar escravo: escravo das máquinas e dos computadores, enfim, de todo esse mundo que vem aí, à nossa frente, e que somente poderá ser entendido, somente poderá ser vivido livremente, como desejamos — democraticamente — através da educação.

Na realidade, Sr. Presidente, o que é a democracia? A democracia não é apenas o ato do voto. A democracia, realmente, é o sistema pelo qual admitimos que o homem, além de ser o senhor do seu destino, além de poder se realizar plenamente, participa da maneira por que se constroem os caminhos da sua vida.

O Sr. Agenor Maria (Rio Grande do Norte—MDB) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (Bahia—ARENA) — Pois não, Sr. Senador, com muito prazer.

O Sr. Agenor Maria (Rio Grande do Norte—MDB) — Sr. Senador Luiz Viana, congratulo-me com V. Exª, nesta tarde memorável, por trazer assunto de tamanha importância para o País e para o futuro da nossa querida Pátria. Desejo registrar, nesse meu aparte, a entrevista, do Secretário da Educação do Rio Grande do Norte e, através dela, deixar provado que a educação precisa ser federalizada no Brasil. Só é possível solucionar o problema federalizando-se a educação, porque os Estados pobres, na realidade, não têm condições de responder por essa obrigação. Diz a reportagem:

“Mais de 140 mil estudantes do Rio Grande do Norte ficarão impedidos de estudar este ano, porque a rede escolar da Secretaria de Educação tem capacidade para atender a apenas 314.943 alunos no primeiro e segundo graus, embora a demanda atinja 456.570.

Os dados foram revelados pelo secretário de Educação, professor João Faustino Neto, durante uma entrevista que prestou a estudantes de Comunicação. Ele acrescentou que a secretaria nunca exerceu plenamente as funções de executora, coordenadora e supervisora do sistema educacional do Estado, especialmente no interior onde 70% das professoras são leigas.

Problemas

Para o professor João Faustino Neto, os três problemas mais graves enfrentados pelo Rio Grande do Norte no setor educacional são a falta de estrutura da secretaria, a falta de recursos financeiros e a falta de mentalização por parte dos executores da política educacional.

A situação da secretaria de Educação é tão grave, frisou que muitos prédios alugados pelo órgão, estão com pagamento atrasado há mais de um ano, porque a dotação orçamentária é pequena e normalmente as verbas estouram.

Para o ensino de primeiro grau, revelou o secretário, a procura no Rio Grande do Norte é de 379.875 alunos, contra uma capacidade de oferta de apenas 272.084 vagas. No segundo grau, há 76.695 candidatos, mas somente 42.859 matrículas. No total, 141.627 estudantes deixarão de estudar este ano.”

Este artigo demonstra a realidade do ensino neste País, e prova que Estados como o Rio Grande do Norte na verdade não têm condi-

ções financeiras e econômicas para arcarem com tamanha, urgente e oportuna responsabilidade. Muito obrigado a V. Exª

O SR. LUIZ VIANA (Bahia—ARENA) — O que V. Exª disse é uma verdade, não apenas no Rio Grande do Norte, mas uma verdade em outros Estados, excetuando-se, talvez, São Paulo. É uma verdade nacional!

Sr. Presidente, tenho aqui, uma reportagem feita pelo **Jornal do Brasil** sobre a educação na chamada “capital intelectual do Brasil”, que é o Rio de Janeiro. Feita e publicada no **Jornal do Brasil**, pelos jornalistas Israel Taback e José Gonçalves Fontes, a reportagem mostra o estado lamentável da educação primária, da educação estadual, justamente no Estado culturalmente tido como um paradigma do País. Ora, se isto acontece no Rio de Janeiro, em plena Belacap, em plena capital recente do País, imagine V. Exª o que não acontece na Bahia, no Rio Grande do Norte e por aí afora, neste mundo de Deus?

Eu apenas divergiria do nobre Senador Agenor Maria porque acredito que o remédio não será federalizar, mas, sim, que por vários mecanismos o Governo da União propicie aos Estados, na medida das suas necessidades, maiores recursos. Nós, do Nordeste — é o caso de V. Exª e o meu — sabemos o que temos sofrido, com a redução do Fundo de Participação. Se este Fundo não tivesse sido cortado, drasticamente, em 50%, possivelmente o Rio Grande do Norte teria, não digo todos os recursos de que ele necessitaria para atender a essas dezenas de milhares de alunos, mas o suficiente para uma situação bem melhor do que aquela que tem hoje, e que V. Exª, com tanta oportunidade, acaba de revelar à Casa.

O Sr. João Calmon (Espírito Santo—ARENA) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. LUIZ VIANA (Bahia—ARENA) — Com muito prazer.

Sr. João Calmon (Espírito Santo—ARENA) — Eminentíssimo Senador Luiz Viana, em primeiro lugar desejo agradecer a sua excessiva generosidade ao se referir ao meu modesto livro **A Educação e o Milagre Brasileiro**.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia—ARENA) — Diria importante livro.

O Sr. João Calmon (Espírito Santo—ARENA) — V. Exª é, notoriamente, um dos homens mais generosos deste País. Para dar a V. Exª uma idéia exata da extraordinária importância que atribuo às suas declarações da tarde de hoje, em relação ao **MOBRAL** Infanto-Juvenil, terei de invocar um versículo da Bíblia: “Eclesiastes, Capítulo 3º, versículos um e sete: “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para tudo o propósito debaixo do céu... tempo de estar calado, e tempo de falar”. Só um homem da extraordinária autoridade intelectual e moral de V. Exª poderia tomar a iniciativa de apontar um grave perigo que o Brasil está enfrentando neste momento: o da existência de um Ministério da Educação e Cultura, confiado a um extraordinário homem público, o nosso ex-colega Ministro Ney Braga, desafiado por outro organismo que tenta atuar como um “superministério.” Neste modesto livro, que V. Exª, tem em mãos, o atual Presidente do **MOBRAL**, Professor Arlindo Lopes Corrêa que era então apenas o Secretário-Executivo dessa instituição, afirmou, numa reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado, em 17 de maio de 1973: “Creio que, em alguns anos, iremos levar o **MOBRAL** da alfabetização até a Universidade”. Os planos do atual Presidente do **MOBRAL** são tão desavairadamente ambiciosos que ele já começa a levar o **MOBRAL** à escola primária. Se não for contido, tentará levar o **MOBRAL** até a Universidade. Sou amigo pessoal e admirador do Professor Arlindo Lopes Corrêa. Entretanto, como nos ensina a Bíblia, há tempo de estar calado e há tempo de falar. Agora é tempo de falar para que todos nós apoiemos o seu grito e alerta. O que o **MOBRAL** está fazendo, em relação ao Norte e ao Nordeste, constitui um crime contra o Brasil. O **MOBRAL**, por decisão de seu Presidente, está provocando a divisão do nosso País

em "dois Brasis": o Brasil miserável, o Brasil pobre, o Brasil do Norte e do Nordeste, que ficaria condenado a ver as suas crianças de 9, 10, 11, 12, 13 ou 14 anos de idade frequentando cursos com a duração de 5 meses, e o Brasil privilegiado — o Brasil do Centro, o Brasil do Sul — que, de acordo com a Constituição, teria suas crianças, na faixa de 9 aos 14 anos, na escola primária convencional, com a duração de 4 anos. A sua palavra, Senador Luiz Viana, é um corajoso brado de alerta que deve ser imediatamente levado em consideração. É necessário que o MOBRAL, em vez de estar, ilegalmente, celebrando contratos com municípios do Norte e do Nordeste para alfabetização de crianças, utilize seus recursos na tentativa de evitar o alto índice de regressão ao analfabetismo que se observa em todos os países que desencadeiam uma campanha desse tipo. Antontem eu lembrava quem no governo Costa e Silva fora constituído, em 1967, um grupo interministerial de trabalho, presidido por um Ministro da maior seriedade, Sr. Rondon Pacheco, que previu a alfabetização, ao longo do período daquele governo, de onze milhões e quinhentos mil adolescentes e adultos. Neste ano da graça de 1975, segundo a mesma previsão, estaria erradicado o analfabetismo no Brasil. Já estamos em setembro de 1975 e as estatísticas indicam ainda a existência de doze ou treze milhões de analfabetos acima de 15 anos de idade. Nas publicações sobre o 5º aniversário do MOBRAL faz-se, agora, uma nova previsão: em 1980 estará virtualmente erradicado o analfabetismo no Brasil. Senador Luiz Viana, é com a maior alegria que saúdo seu grito de alerta sobre o perigo da atuação de um superministério do MOBRAL. Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. LUIZ VIANA (Bahia—ARENA) — No seu luminoso aparte V. Ex.ª chegou, justamente, ao ponto final do meu discurso, ou destas modestas palavras — porque isto não é um discurso, é uma breve análise do problema. O que se está querendo fazer é lançar uma cortina de fumaça para o grave problema da educação primária no Norte ou Nordeste do País. Pretende-se disfarçar, através do MOBRAL, desse curso rápido de quatro, cinco, ou seis meses, e que não tem nenhum sentido prático, nenhum sentido humano, e nem educacional, o verdadeiro problema do ensino.

A educação é uma coisa cada vez mais permanente, que se destina a abranger a criança na fase pré-escolar, sobretudo, a criança pobre, aquela que não tem no seu lar o ambiente que a eduque, que a dinamize, na sua curiosidade, nos seus contatos. Essa criança reclama o curso pré-escolar. Depois vem o curso escolar, o primário, que é fundamental. A educação, hoje, é tida como uma coisa interminável. Pois bem, está-se querendo fazer no Nordeste do Brasil esta farsa que é a educação de cinco meses, e é contra isso, Sr. Presidente, que não apenas nós, mas toda a Nação, deve levantar-se.

Tenho dito. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lourival Baptista) — Com a palavra o nobre Senador Benjamim Farah. (Pausa.)

S. Ex.ª não está presente.

Com a palavra o nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA (Rio Grande do Norte — MDB) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

1. Considerações Preliminares

Dando prosseguimento aos meus pronunciamentos anteriores, nos quais solicitei uma legislação específica para o Nordeste, ocupo hoje a tribuna do Senado Federal para abordar o gravíssimo problema da Cotonicultura Nacional e, em especial da Cotonicultura Nordestina, a fim de que se possa demonstrar e sensibilizar o Governo Federal sobre a necessidade de introduzir novos mecanismos que possibilitem o soerguimento da nossa região, cujos instrumentos de política econômica, utilizados pelos governos anteriores, não geraram os resultados almejados.

Não desconhecemos e nem negamos o esforço governamental no sentido de minorar a aflitiva situação nordestina, como a intro-

dução de novas medidas, a fim de eliminar os fatores que contribuíram e contribuem, ainda, para o agravamento das desigualdades regionais, que notabilizaram os mecanismos de transferência da Região Nordeste para o Centro-Sul através da política cambial e do sistema tributário.

Por outro lado, cabe-nos assinalar que a política econômica, posta em prática no Brasil, tem mecanismo próprio de auto-sustentação no sentido de concentrar a riqueza em determinados pontos do País, anulando os efeitos das medidas adotadas pelo Governo em favor, exatamente, das regiões mais necessitadas. daquelas que contribuíram para gerar o processo de desenvolvimento, através de suas exportações de produtos primários, como são exemplos o algodão, a cana-de-açúcar e tantos outros.

O resultado decorrente da referida política econômica foi o aniquilamento da capacidade competitiva, gerando um perigoso déficit da balança comercial da região Nordeste e uma insustentável dependência econômica.

Com efeito, a solicitação de uma legislação específica para o Nordeste requer uma nova abordagem do enfoque econômico, sob o prisma de um "amplo compromisso nacional", no sentido de garantir a todas as regiões do País vantagens relativas no campo da produção, a fim de modificar os atuais fluxos do comércio, permitindo, desta forma, o desenvolvimento harmônico e integrado de todo o território nacional.

Sr. Presidente, para que o nosso pronunciamento não seja chamado de inócuo, por não apresentar possíveis soluções, procuraremos, a seguir, objetivamente, através do algodão, os instrumentos de uma política econômica específica capazes de minimizar os efeitos gerados pela má condução do processo de desenvolvimento brasileiro, em relação à área nordestina, e que possibilitem a manutenção e o soerguimento de uma cultura que participa em mais de 14% do Produto do Setor Primário em média e, aproximadamente, 25% de toda a força de trabalho empregada no Nordeste.

Alertamos que a política econômica para o algodão tem que considerar dois aspectos fundamentais: primeiro, prende-se à definição da importância do produto para a região nordestina, tendo em conta que o algodão é um dos sustentáculos da economia daquela área, sendo portanto, fator de indiscutível importância para o equilíbrio social; o segundo, depreende-se da qualidade do produto que a Região produz, sem possibilidade de concorrência no mercado interno e de elevado grau de competição no comércio externo.

Aproveitando esses dois aspectos fundamentais, ressalta como necessária a adoção de medidas que produzam resultados a médio e a longo prazos, a fim de que os objetivos colimados no II PND sejam atingidos, pois, na atual conjuntura e desempenho da economia, em função do próprio jogo do mercado, o Nordeste vem sendo sugado em sua capacidade germinativa. Não queremos esmolos, como já afirmamos. Queremos, sim, a capacidade de desenvolver, de crescer, com os nossos próprios esforços. Para isso, a retribuição da parcela com que temos contribuído para a criação e solidez do Parque Industrial do Centro-Sul, pois não podemos ficar à mercê de uma política global no tocante aos produtos essenciais à nossa economia e de pequena importância para o resto do País, como é o caso do algodão. Essa política global tem agravado as desigualdades regionais, causando, sobretudo, efeitos danosos à economia nordestina, não mais os efeitos diretos da política econômica nacional, mas os efeitos indiretos e duradouros da concentração desmedida da indústria e do setor financeiro no Centro-Sul do País, os quais reagem, em consonância com os mecanismos que lhes são peculiares, ampliando os mercados fortes e aniquilando os mais fracos. Os efeitos nocivos dessa distorção recaem sobre aquelas que não tiveram a facilidade de gerar, em primeiro lugar, as economias de escalada e de aglomeração, por causa da má condução do processo industrial brasileiro que, em que pese a sua participação decisiva na estruturação da economia nacional, é responsável pelo grande fosso que separa as Regiões deste País.